

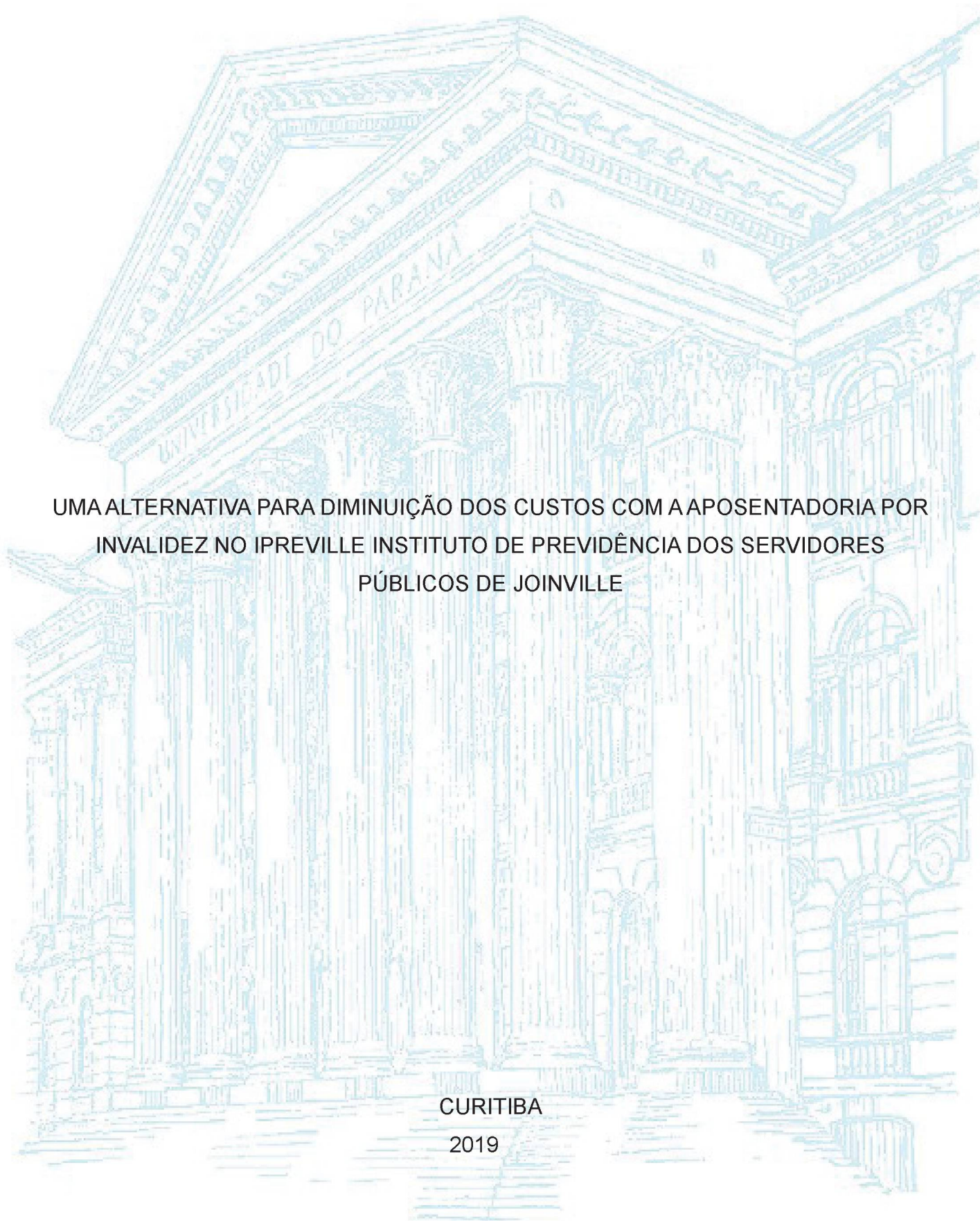
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUISA ALESSANDRA SCHOSLAND

UMA ALTERNATIVA PARA DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS COM A APOSENTADORIA POR
INVALIDEZ NO IPREVILLE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE JOINVILLE

CURITIBA

2019



LUISA ALESSANDRA SCHOSSLAND

UMA ALTERNATIVA PARA DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS COM A APOSENTADORIA
POR INVALIDEZ NO IPREVILLE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DE JOINVILLE

TCC apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública, Setor de Administração, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do título de especialista.

Orientador: Marcos Wagner da Fonseca

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter dado a vida e por ter estado comigo em todos os momentos me dando força e conduzindo.

Agradeço aos meus pais que sempre confiaram em mim e ao meu padrasto que me tratou como filha.

Sou grata também pelos diversos amigos que me deram apoio para não desistir, a minha família.

Aos professores desse curso e ao meu orientador. Agradeço também de forma especial ao meu tutor que me deu apoio e me auxiliou em todas as fases dessa pós-graduação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Instituto de Regime Próprio de Previdência, o Ipreville Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joinville, o Ipreville. Fazendo uma análise sobre a aposentadorias por invalidez dentro do Instituto, analisando o processo para a sua concessão e os custos relativos a mesma. Através dos dados que foram expostos foi apresentado um projeto técnico que visa diminuir os gastos destinados do orçamento público para a concessão das aposentadorias por invalidez. O projeto propõe que o Instituto faça um acompanhamento dos segurados afastados ou que estejam com algum tipo de doença, para que essa não se agrave. Esse acompanhamento será realizado por profissionais da saúde que possam auxiliar na recuperação do servidor para que este possa voltar ao trabalho, sem precisar requerer a aposentadoria por invalidez. O objetivo do trabalho é a diminuição no valor gasto com as aposentadorias por invalidez através do trabalho preventivo, junto aos servidores doentes ou afastados.

Palavras-chaves: Aposentadoria por invalidez. Regime Próprio de Previdência Social. Custos. Orçamento Público.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the Ipreville Institute of Social Security for Public Servants, Ipreville. Carrying out an analysis about the disability pensions within the Institute, analyzing the process for its concession and the costs related to it. Through the data that were exposed, a technical project was presented that aims to reduce public budget expenditures for the granting of disability pensions. The project proposes that the Institute monitor the insured persons who are sick or have some type of illness, so that it does not worsen. This monitoring will be performed by health professionals who can assist in the recovery of the server so that it can return to work without having to apply for disability retirement. The objective of this study is to reduce the amount spent on disability pensions through preventive work with sick or retired employees.

Keyword: By disability retirement. Regime of Social Security.. Costs. Public budget.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 APRESENTAÇÃO.....	7
1.2 OBJETIVO GERAL	7
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO.....	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	10
2.2 REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA.....	11
2.3 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.....	12
3. DESCRIÇÃO, MÉTODO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	14
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO.....	14
3.2 MÉTODO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	14
3.2.1 Método.....	15
3.2.2 Diagnóstico Da Situação-Problema.....	15
4. PROPOSTA TÉCNICA.....	18
4.1 PROPOSTA TÉCNICA.....	18
4.1.1 Plano de implantação.....	18
4.1.2 Recursos.....	19
4.1.3 Resultados esperados.....	20
4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo corretivas.....	21
5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA NOVOS TRABALHOS.....	22
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Dentro do atual contexto brasileiro onde muito tem se discutido sobre previdência social e os seus custos. O presente trabalho tem como objetivo analisar os custos com a aposentadoria por invalidez dentro do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joinville, estado de Santa Catarina. Trazendo um breve histórico sobre o sistema, analisando como é organizada a aposentadoria por invalidez e seus os processos antes e após o requerimento da mesma e trazendo um estudo referente aos custos com a concessão desse benefício.

1.1 APRESENTAÇÃO

Esse trabalho tem como tema principal analisar o processo da aposentadoria por invalidez no Ipreville, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joinville. A situação-problema identificada foi referente aos custos com a aposentadoria por invalidez que somam cerca de 10% do total gastos com aposentadorias.

Como já se é conhecido o investimento em prevenção é muito mais efetivo do que os gastos com as consequências, por conta disso esse trabalho se mostra importante, visto que traz uma alternativa para a prevenção do agravamento de doenças para que essas não se transformem em aposentadorias por invalidez, sendo essa uma demanda onerosa para o orçamento público. Quelhas, Alves, & Filardo, (2003, p.03) cita qual o caminho para se obter o ambiente para essa prevenção: “Tal ambiente de pró-atividade no que se refere à prevenção de acidentes de proteção à saúde do trabalhador é resultante do compromisso e da colaboração mútua entre os empregadores e trabalhadores.”

O investimento em prevenção é importante pois traz resultados a longo prazo, trazendo consequências positivas. Jayme (2013, p.179) ressalta que: “o equilíbrio entre essas despesas é saber se onde estamos investindo está provocando resultados.”

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

O presente trabalho tem como objetivo propor ações para diminuição dos custos com a Aposentadoria por invalidez dentro do Instituto estudado, tornando dessa forma o dinheiro gasto mais bem aproveitado.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO

A fim de se atingir o objetivo geral, expõe-se os seguintes objetivos específicos:

- Propor alternativas para a diminuição no número de aposentadorias por invalidez.
- Analisar os fatores que influenciam no número de benefícios da categoria apresentada.
- Demonstrar o impacto financeiro causado por essa situação.
- Expor a economia que pode ser causada pelo projeto técnico.

1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

O estudo sobre os custos com a aposentadoria por invalidez se mostra de grande relevância visto que é um tema atual, pois o Brasil tem se organizado para realizar uma reforma previdenciária, buscando uma previdência mais sustentável e econômica.

Dentro do contexto exposto, o trabalho se mostra importante pois apresenta uma forma de diminuir os custos através das medidas preventivas. Essas medidas buscam trazer uma economia para o sistema de previdência dos servidores públicos de Joinville.

Além da diminuição dos custos com pagamento de aposentadorias por invalidez, o projeto proposto visa uma melhora na qualidade de vida do servidor público, pois este contará com um acompanhamento adequado durante sua enfermidade.

Para Carneiro (2006, p. 26):

As questões relativas à saúde do servidor dizem respeito, fundamentalmente, à gestão de pessoas e devem incorporar práticas e

concepções de saúde pública, principalmente de saúde do trabalhador, seja na resposta institucional ao atendimento médico, seja na melhoria dos ambientes de trabalho, seja na avaliação pericial para a capacidade laboral.

Sendo assim, estar buscando investir na prevenção em vez de arcar com os ônus elevados dessa categoria de aposentadoria. Com esse trabalho de prevenção o dinheiro que será economizado do orçamento público pode auxiliar em outros custos que envolvem a previdência dos servidores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo relata-se os conceitos de Orçamento Público, a apresentação do que é o regime próprio de previdência categoria na qual nosso Instituto se encaixa, buscará também sintetizar o que é a aposentadoria por invalidez e apresentá-la um conceito do que é prevenção e os seus efeitos.

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é o instrumento pelo qual a administração gerencia os seus tributos e prevê suas despesas. É através desse mecanismo que os serviços públicos podem ser prestados. E que o gestor público pode realizar suas atividades, o orçamento público é um documento contábil onde estão previstas as receitas e despesas dos órgãos da Administração.

Segundo Santos (2015, p.22): “O orçamento público como instrumento de planejamento, o orçamento público retrata escolhas e decisões sobre as questões prioritárias que receberão atenção governamental, bem como as estratégias de enfrentamento dessas questões e o montante de recursos a serem aplicados em cada uma dessas estratégias.”

Nos últimos anos o orçamento tem deixado de ser apenas um sistema de controle e administração, mas se tornou de grande importância no sistema de controle político.

Segundo Giacomoni (2010, p.54): “o orçamento público se caracteriza pela multiplicidade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo etc.”

Ou seja, é o orçamento público que define onde será investido e quais os instrumentos serão usados para a arrecadação das receitas necessárias.

O orçamento público é composto por três leis orçamentárias que são redigidas pelo poder Executivo. Entre as leis que compõe o orçamento público temos o Plano Plurianual (PPA) que é uma proposta de médio prazo é ela que defini como serão os investimentos por um período de 4 anos, ou seja, de um mandato.

Outra lei que compõe o orçamento público é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é ela que faz a ligação entre o PPA e a LOA. A LDO define

quais são as prioridades para o ano levando em conta o Plano Plurianual e as suas definições deverão ser observadas pela Lei Orçamentária Anual.

A LOA Lei Orçamentária Anual é quem autoriza os gastos, essa lei é grande aliada do poder executivo. Segundo Santos (2014, p.74) “A LOA contém uma série de especificidades que decorrem da dinâmica da realidade material e institucional, fazendo-se necessário suplementar ou ajustar o planejamento ano a ano em relação a esses fatores contingentes.”

2.2 OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência é um seguro que o trabalhador participa através de contribuições mensais.

Segundo Felix e Silva (2009):

O RPPS é uma previdência de filiação obrigatória e contribuição compulsória, não sendo permitido aos seus contribuintes arguirem sua adesão; ou seja, enquanto os servidores mantiverem seus vínculos de trabalho, os questionamentos quanto a sua participação ao regime são impraticáveis.

Ela tem como intuito assegurar o trabalhador em diversas adversidades que vão muito além do que a idade avançada. Portanto ela busca dar essa segurança ao seu contribuinte.

Levando em conta essa visão assistencialista da Previdência, Mesquita Filho (2010) afirma que a previdência é um direito particular e privado do indivíduo inserido na sociedade, onde o Estado impõe a participação dessa sociedade incluindo-a no regime de seguridade social, através de mecanismos se garante uma segurança financeira para a aplicação destas políticas de seguridade social.

Há três tipos de Regimes Previdenciários sem contar os especiais. Esses regimes são o Regime Geral que atende aos servidores da iniciativa privada e é de filiação obrigatória, existe também as Previdências Privadas que são de contribuições facultativas e os Regimes Próprios, esse sistema que será analisado nesse capítulo.

O Regime Próprio dos Servidores Públicos é dedicado aos servidores públicos civis das três esferas da Administração Pública sendo essas a União, o Estado e os Municípios, sendo esses excluídos do Regime Geral.

Segundo Louzano et. (2019, p.5): “Nesse contexto, foi criado o RPPS, destinado exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo, sendo organizado e gerido pelas unidades gestoras de cada ente da federação, regidos pelo princípio financeiro e atuarial e pelo caráter contributivo.”

Há existência desses regimes está fundamentada no artigo 40 da Constituição Federal que prevê “os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo” (Brasil, 1998).

Os regimes próprios devem se atentar por preservar o equilíbrio atuarial e financeiro, ou seja, os valores arrecadados devem ser suficientes para financiar os pagamentos dos benefícios. Mantendo-se essa preocupação o equilíbrio atuarial é atingido, este acontece quando o regime consegue manter a harmonia financeiro ao longo dos anos.

Caso os regimes próprios tenham dificuldades financeiras quem deve arcar com esse déficit é a entidade pública a qual ele está ligado, no caso desse trabalho o órgão responsável seria a Prefeitura de Joinville. Por conta disso é tão importante que o regime se mantenha com as contas em dia.

2.3 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

A aposentadoria é um direito do servidor, segundo Freire (2011, p.301) “A aposentadoria é o direito à inatividade remunerada, garantido pela Constituição ao servidor público, diante da ocorrência de certos fatos jurídicos previamente estabelecidos.”

A aposentadoria por invalidez é um tipo de benefício pago ao trabalhador que não é mais capaz de executar suas atividades e também não consegue ser reintegrado para realizar uma atividade diversa.

Segundo Tanaka (2011, p.325) “A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível

de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.”

Aquele que se aposenta por invalidez recebe 100% do seu salário atual, por exemplo, se o indivíduo que adquiri alguma condição que o impossibilita de trabalhar ganhava R\$2.014,00 o valor do seu benefício será R\$2.014,00.

A aposentadoria por invalidez não leva em conta a idade ou o tempo de contribuição. Ela apresenta como carência mínima 12 meses de contribuição entretanto em casos de acidente de qualquer natureza ou no caso de doenças que estejam no “Essa lista de doenças está regulamentada no artigo 147, II, anexo XLV, da Instrução Normativa 77/2015 do INSS.” rol de moléstias abaixo, não se exige a comprovação de carência:

- tuberculose ativa;
- hanseníase;
- alienação mental;
- neoplasia maligna;
- cegueira;
- paralisia irreversível e incapacitante;
- cardiopatia grave;
- mal de Parkinson;
- espondiloartrose anquilosante;
- nefropatia grave;
- estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida—AIDS;
- contaminação por radiação com base em conclusão da medicina especializada; e
- hepatopatia grave.” (Brasil, 1988)

3 DESCRIÇÃO, MÉTODO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Este capítulo tem como objetivo apresentar de forma breve o que é o Ipreville, como foi a sua criação

Após esse estudo será apresentado uma breve análise comparativa entre os aspectos destacados evidenciando a análise de quanto é gasto com esse tipo de aposentadoria em cada um dos formatos de sistema.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

O Ipreville é um órgão da administração pública indireta, a contribuição para o Instituto é de caráter obrigatório para todos os servidores públicos da cidade de Joinville, localizada no estado de Santa Catarina.

O instituto tem sido referência no Brasil, já recebeu várias premiações em âmbito nacional celebrando a sua boa gestão.

O financiamento do Ipreville tem como fontes de financiamento a Prefeitura, os servidores ativos e aposentados e pensionistas acima do limite de isenção. Sendo que a prefeitura contribui com 20% e os demais com 11%. Os valores gastos com a previdência para servidores inativos podendo ser esses aposentados ou o valor gasto com pensões ficou em R\$15,8 milhões no ano de 2018, sendo que só com a aposentadoria por Invalidez foram gastos R\$105.255.146,43.

O Ipreville Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Joinville foi criado para cumprir uma determinação da Constituição Federal de 1988 que exigia que cada ente público deveria ter seu regime próprio. (IPREVILLE, 2019)

Em 1994 a Secretaria de Recursos Humanos começou o processo para criação do Regime Próprio foram feitos diversos estudos sobre viabilidade financeira e de Gestão.

Então em 1996 durante a Gestão do Prefeito Wittich Freitag a Lei nº 3277 instituiu o Instituto e o mesmo entrou em vigor no dia 27 de junho de 1996.

3.2 MÉTODO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Neste capítulo será exposto quais foram os métodos utilizados na pesquisa e trará um diagnóstico da situação-problema explanando quais as dificuldades encontradas na instituição nesse quesito.

3.2.1 Método

Para se chegar as informações apresentadas a seguir foram coletados os seguintes dados: número de aposentadorias, como funciona o processo para se obter a aposentadoria por invalidez, foi investigado se há algum processo de acompanhamento preventivo das aposentadorias por invalidez.

Os dados foram coletados através de pesquisas e análises de documentos, além de conversas com servidores e segurados da Instituição que puderam esclarecer dúvidas.

Dentre os estudos realizados no início de 2019, foram analisados dados referentes as contribuições e processos realizados pelo Ipreville no ano de 2018. Ao conversar com servidores ativos e inativos que compõe o sistema e analisar dados disponíveis no site da Instituição se constatou que o Instituto não apresenta um sistema de acompanhamento das pessoas com enfermidades e doenças, antes de solicitarem o benefício da aposentadoria por invalidez. Esse acompanhamento só começa, após a solicitação do benefício da aposentadoria por invalidez, o mesmo é realizado por meio das assistentes sociais, esse projeto é chamado de “Acolhimento na Invalidez” e tem como objetivo dar suporte social para subsidiar a concessão ou revisão das aposentadorias.

Com as informações coletadas foi realizado esse estudo que agrupou os custos e o processo para concessão de aposentadoria por invalidez, buscando uma alternativa para diminuição dos custos.

3.2.2 Diagnóstico da situação-problema

Atualmente os servidores municipais de Joinville que forem diagnosticados como incapazes total e definitivamente para exercer as funções que constam no plano de Cargos e Salários do Município de Joinville são encaminhados através de um ofício pela Unidade de Saúde do Servidor para o Instituto de Previdência o Ipreville para avaliação pericial.

Após o laudo servidor será encaminhado a um assistente social que lhe dará as orientações sobre os seus direitos, sobre o processo de aposentadoria e como funcionará a Perícia Médica.

Na perícia médica o segurado é avaliado pelo médico do próprio instituto e são também analisados os seus históricos médicos e as tentativas de readaptação em outros cargos e funções.

Sendo comprovada a invalidez o segurado juntará toda a documentação e dará início ao processo agendando a concessão de sua aposentadoria. E então o processo será organizado e analisada com base em toda a documentação apresentada.

Os servidores que tiveram seu processo de aposentadoria por invalidez aprovado são chamados para uma reunião. Nessa reunião são feitas algumas reflexões sobre a nova fase de vida e são apresentados os detalhes referente ao benefício. É nessa reunião também que o segurado assina um Termo de Compromisso.

Após isso o Decreto de Concessão é publicado no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Joinville e o processo é encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que fará a análise do processo. Caso haja alguma irregularidade o processo é devolvido para o Ipreville, se estiver tudo de acordo o processo é finalizado. Entretanto assim como acontece no INSS é necessário que o beneficiário participe de perícias anualmente nos primeiros dois anos e depois bienalmente para confirmar seu estado de invalidez. Caso o servidor não seja mais considerado inválido ele será reintegrado para a função que exercia antes do benefício através do processo de Reversão.

O instituto de Previdência dos servidores de Joinville com dados até Outubro de 2018 tinha em seu quadro de aposentados 397 pessoas aposentadas por invalidez de um total de 3817 benefícios ativos, ou seja, entre o número total de benefícios cerca de 10% são destinados a aposentadoria por invalidez. (Ipreville, 2018)

Por meio dos dados apresentados pelo Instituto de Previdência Social de Joinville foi verificado que o Instituto tem um processo para aposentadoria por invalidez bem definido e conta com um acompanhamento para as pessoas no processo. Entretanto o que se notou é que o Instituto deixa a desejar em uma ação

preventiva que auxilia os servidores doentes ou fraturado para eles não vem a necessitar da aposentadoria por invalidez.

Portanto dentro do que foi analisado em dados sobre os valores gastos com aposentadoria por invalidez e através de conversas com servidores públicos a situação-problema encontrada foi que o Instituto não conta com um programa para apoio das pessoas doentes, ou seja, não há um acompanhamento junto ao Ipreville para que esses servidores se recuperem. Os servidores chegam a se afastar de suas funções para que possam se recuperar e fazem um acompanhamento médico mas de forma particular, o Instituto não conta com uma equipe de apoio a esses servidores.

4. PROPOSTA TÉCNICA

Como resultado das observações geradas no decorrer da execução deste trabalho apresenta-se abaixo uma proposta técnica que busca trazer economia junto ao orçamento do Ipreville.

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Com a análise desse trabalho podemos notar que os gastos em torno da aposentadoria por Invalidez no Instituto de Previdência dos servidores Públicos de Joinville ficam em torno de R\$105.255.146,43, valor expressivo considerando o orçamento geral gastos com aposentadorias e pensões em 2018 foi de R\$15,8 milhões. Esse número pode ser explicado pela falta de um acompanhamento aos pacientes que estão no auxílio-doença para que possam voltar as suas atividades o quanto antes e principalmente nas dificuldades que esse segurado enfrenta ao voltar do auxílio-doença. Por conta das dificuldades destacadas muitos desses contribuintes não conseguem fazer a recuperação de forma adequada e por conta disso acabam agravando o seu quadro de enfermidade. Essa realidade leva a uma situação que em vez de os trabalhadores serem reintegrados e poderem desenvolver alguma atividade mesmo que seja por meio de uma readaptação, eles se tornam invalidados para o trabalho e requerem a aposentadoria por invalidez, categoria de benefício que pesa e muito aos cofres do Instituto.

Uma alternativa para esse gasto público é a implementação de um programa que faça o acompanhamento do servidor em auxílio-doença, ou que esteja com alguma enfermidade. Por meio dessa ação preventiva é esperado que haja uma diminuição nos gastos com a aposentadoria por invalidez.

4.1.1 Plano de implantação

Para que esse projeto seja implementado será preciso fazer uma reestruturação no orçamento, a expectativa é que os gastos investidos em prevenção, diminuam os gastos com os pagamentos para aposentadorias por invalidez.

Entre as demandas necessárias para a implementação do projeto estão uma sala dentro de cada unidade, o ideal é que a cada 200 segurados em auxílio-doença, tenha-se um grupo desses profissionais, esse número foi calculado pensando em que um mês tem em média 20 dias úteis, então cada profissional poderia atender em média 10 segurados com atendimentos de 40 min gerando uma demanda para 7 horas em média ao dia para que os profissionais possam ficar. Entre os profissionais necessários para a implementação desse projeto é necessário que cada agência conte com um técnico de saúde, um fisioterapeuta, um psicólogo, um psiquiatra e um clínico geral. Esses profissionais seriam contratados de forma terceirizadas, através do regime da CLT.

Ressalte-se que esses segurados tenha um acompanhamento psicológico para se recuperarem de possíveis traumas e para serem orientados de quais atividades podem desempenhar com a condição que adquiriram.

Os profissionais de psiquiatria auxiliarão os beneficiários que foram afastados por problemas psiquiátricos, esses profissionais podem prescrever medicamentos e auxiliar principalmente em casos de depressão que muitos desses segurados possam desenvolver.

O técnico de enfermagem fará o trabalho da triagem vendo qual a situação do paciente, podendo dessa forma estar encaminhado para o tratamento correto.

O médico clínico geral fará a análise da condição do paciente e está fará o encaminhamento do segurado para especialistas e tratamentos como fisioterapia que requerem uma série de equipamentos o que dificultaria a instalação desses nas agências e postos de atendimento.

O nutricionista avaliará o paciente e lhe recomendará uma dieta de acordo com a condição do mesmo, buscando através de alimentação adequada uma melhora do quadro geral do segurado.

Esses cinco profissionais atuarão de forma integrada analisando o segurado em todos os aspectos.

Para a instalação desse projeto é necessário a disponibilização de pelo menos 2 espaços para que os profissionais possam fazer esse atendimento.

4.1.2 Recursos

São diversos os recursos necessários para a instalação dessa proposta sendo eles financeiros, humanos e materiais.

O recurso mais importante para a execução da proposta é o humano cada equipe contará com 1 técnico de enfermagem, 1 médico clínico geral, 1 psicólogo, 1 psiquiatra e 1 nutricionista. Então ao todo serão investidos em salários e benefícios para 5 profissionais. Esses profissionais deverão ser treinados em como funcionará o programa e qual seu objetivo, o tempo para esse treinamento será de um mês.

Entre os recursos materiais estão maca, cadeira, mesa, computador, impressora, aparelho para medir pressão e outro para febre e outros acessórios médicos e ainda material de escritório como canetas, pranchetas, maços de papel, grampeadores, perfuradores, elásticos e demais materiais.

Para que todos os recursos citados acima sejam implementados há necessidade de um investimento financeiro, para isso o Instituto tem dentro do seu orçamento um valor destinado a projetos de prevenção, dinheiro esse que pode ser utilizado para a implementação desse projeto.

4.1.3 Resultados esperados

Entre os resultados esperados o principal deles é o enxugamento do orçamento público, pois com esse projeto em prática a expectativa é que os gastos com aposentadorias diminuam, podendo realocar esses valores. Mas além do objetivo econômico outro resultado esperado é o aumento da qualidade de vida do segurado, que terá um acompanhamento adequado para a sua necessidade.

Uma meta para acompanhar os resultados é verificar dentro do período de 5 anos quantos auxílios doenças se transformaram em aposentadoria por invalidez e quantos não. O que se espera nesse período é que o número de aposentadorias por invalidez tenha caído em torno de 10%. Uma diminuição de 10% apresenta um valor em dinheiro expressivo. Usando como exemplo os dados do Ipreville em Outubro de 2018, último dado divulgado, tinha 387 aposentadas por invalidez seria uma diminuição de 38 aposentadorias, levando em conta que a média paga aos servidores aposentados por invalidez na Prefeitura de Joinville, Santa Catarina é R\$2500,00 isso representaria uma economia de R\$1.140.000,00 ao ano, chegando a valores muito maiores visto que há pessoas que ficam 30, 40 anos aposentadas

por invalidez. Apenas com um segurado que deixe de se aposentar por invalidez a economia pode chegar a R\$900.000,00 em 30 anos.

Foi escolhido 10% como percentual de redução, pois é necessário considerar os pensionistas que já estão nessa categoria e que continuarão recebendo o benefício, pois não serão impactados por essa proposta técnica.

Entre os resultados verifica-se que o valor economizado na concessão dessas aposentadorias possa ser usado em outras áreas das previdências que hoje carecem de recursos.

Outro resultado esperado que vai muito além do valor investido é qualidade de vida que será proporcionada a esses segurados que terão um acompanhamento de qualidade para sua enfermidade. E ainda esses voltarão a economia gerando consumo e lucro, ou seja, é bom não só para economia dos cofres públicos mas para toda sociedade.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo corretivas

Entre os riscos esperados nesse projeto há a resistência dos servidores quando a implementação de um sistema novo.

Outro ponto de risco é a demora em ver os resultados, como se trata de um projeto de prevenção, é possível que os resultados na economia possam demoram a surgir, o que pode gerar uma descrença no projeto.

Dificuldade em destinar recursos para esse projeto, por conta dos trâmites burocráticos.

Pensando em soluções, ou seja, nas medidas corretivas é interessante que os servidores estejam bem alinhados a importância do projeto. Uma vez conscientes a resistência para implementação será menor.

Sobre a questão na demora dos resultados, acredito que a solução também se encontra na implementação seria interessante que cada agência tivesse um quadro que mostrasse valores dos anos anteriores e dos atuais referentes aos auxílios-doença e sua conclusão. Nesse quadro poderá ser analisado a quantidade de segurados que voltarão a atividade e quantos não, dando maior credibilidade ao trabalho realizado na questão de prevenção.

5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA NOVOS TRABALHOS

Esse trabalho teve como objetivo trazer alternativas para diminuir os custos com a aposentadoria por invalidez levando em conta os dados apresentados pela Instituição da Administração Indireta o Ipreville. Perante a análise apresentada nessa pesquisa foi possível verificar que o sistema é ineficiente em um acompanhamento preventivo a aposentadoria por invalidez, ou seja, atuação junto aos servidores com alguma enfermidade que possa vir a se tornar uma condição que o incapacite para o trabalho.

Neste estudo que foi realizado foi apresentado o funcionamento do processo para aquisição da aposentadoria por invalidez, analisando quais são os critérios e quantidade de aposentadorias nessa categoria.

Por meio das informações trazidas nesse trabalho, foi elaborado um projeto técnico que poderá auxiliar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joinville Santa Catarina, visando basicamente em um acompanhamento dos servidores doentes ou com alguma lesão. Acredita-se que um projeto como esse que tem um viés preventivo, possa diminuir e muito os valores gastos com aposentadoria por invalidez a estimativa é que esse valor possa diminuir em cerca de 10% o número de aposentados por invalidez em comparação aos valores apresentados antes da implementação do projeto.

Devido à grande de variantes que compõe os custos com a aposentadoria por invalidez, seria proveitoso aprofundar mais este estudo.

Para continuidade no estudo sobre esse tema sugere-se que seja feita uma análise de como as unidades recebem os segurados que vem do auxílio-doença, analisando se estas proporcionam um ambiente adequado para que o servidor consiga se reintegrar.

Outro possível tema de estudo para se diminuir os custos com a aposentadoria por invalidez é como tem sido feita a prevenção de acidentes dentro dos ambientes de trabalho, visto que muitas das aposentadorias por invalidez decorrem de acidentes de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019.

CARNEIRO, S. A. M. **Saúde do trabalhador público: questão para a gestão de pessoas – a experiência na Prefeitura de São Paulo**. Revista do Serviço Público, v. 57, n. 1, p. 23-49, 2006.

FARIA, F. Câmara de vereadores de Joinville. **Orçamento de Joinville para 2018 estimado em R\$ 2,85 bilhões**, 21 de Setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.cvj.sc.gov.br/home/74-audiencias-publicas/4134-orcamento-de-joinville-para-2018-estimado-em-r-285-bilhoes>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Félix, C. L., & Silva, L. M. d. (2009). **Regime próprio de previdência e assistência social: Uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal**. Pensar Contábil, 11(44), 23-31.

FREIRE, E. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2008.

IMAP (Brasil). **Estado, Planejamento e Administração Pública no Brasil**. Curitiba, 2013. 236p.

IPREVILLE. **Acolhimento na Invalidez**. Disponível em: <<https://ipreville.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/406-Acolhimento+na+Invalidez.html>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

IPREVILLE. **Histórico Ipreville**. Disponível em: <<https://ipreville.joinville.sc.gov.br/conteudo/24-Hist%C3%B3rico.html/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LOUZANO, J. P. O.; TAVARES, B.; MARTINS, F. J. O.; COSTA, T. M. T. **'Accountability' no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Diferentes Estruturas Institucionais**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 24, n. 77, p. 1-20, 2019.

MESQUITA FILHO, Ailton Pinto de. **Regime próprio de previdência social: Direito subjetivo do servidor público**. Monografia (Especialização em Direito) 51p. Campo Grande. UCDB, 2010.

POLITIZE. **O que é previdência social**. Disponível em:

<<https://www.politize.com.br/previdencia-social-o-que-e/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (UFPR). Sistema de Bibliotecas. Portal da Informação. Curitiba, 2013 em: Acesso: 5 nov. 2013.

PREVIDENCIARISTA. **Aposentadoria por invalidez**. Disponível em:

<<https://previdenciarista.com/aposentadoria-por-invalidez/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Quelhas, O. L. G., Alves, M. S., & Filardo, P. S. (2003). **As práticas da gestão da segurança em obras de pequeno porte: integração com os conceitos de sustentabilidade**. Revista Produção, 4(2)

SANTOS, Rita de Cássia. **Plano plurianual e orçamento público** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2015

TANAKA, E. **Direito Previdenciário**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.